

Sobre a Guerra do Paraguai

Dálcio Aurélio Milanesi*

Resumo

Este artigo tem por meta principal identificar as causas da Guerra do Paraguai – grande conflito ocorrido na segunda metade da década de 1860 entre este país e a Tríplice Aliança. O tema é da maior relevância, pois está diretamente relacionado às razões do subdesenvolvimento da América Latina. O texto também apresenta uma análise crítica da abordagem do assunto presente nos livros didáticos brasileiros. O *corpus* é, portanto, composto quase exclusivamente por textos extraídos de livros didáticos brasileiros de história do Brasil de 6ª série e de ensino médio.

Palavras-chaves: Guerra do Paraguai; Tríplice Aliança; Livros Didáticos.

Abstract

This article intends to find the causes of the Paraguayan War – a great conflict between this country and the Triple Alliance. This issue is very important because it relates to the Latin America's underdevelopment reasons. The work also analyses, critically, Brazilian textbooks that deal with this subject.

Key-words: Paraguayan War; Triple Alliance; Textbooks.

1. Introdução

A Guerra do Paraguai, a mais longa e devastadora da história da América do Sul, resultou no aniquilamento do Paraguai, o mais desenvolvido país de toda a América Latina até o início do confronto. Os combates se realizaram na segunda metade da década de 1860 e envolveram as forças armadas do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai.

Antes do conflito, desde o início da re-ocupação do território conhecido hoje como América do Sul, a área da Bacia do rio da Prata – formada pela Argentina, pelo Uruguai e pelo Paraguai, e banhada por rios consideráveis como o Paraná, o Paraguai e o Uruguai – foi sempre muito disputada. No século XIX, a navegação marítima e fluvial predominava sobre os demais meios de transporte. “Com a implantação da navegação a vapor, a região se tornava cada vez mais importante, intensificando-se o movimento comercial nos rios Paraná, Paraguai, Uruguai e no estuário do Prata.” (CARMO, 1989, p. 45). Daí a importância da Bacia Platina: dela dependia o comércio da Argentina, do Uruguai, do Rio Grande do Sul, de

* Bacharel e licenciando em ciências sociais pela UEM.

Santa Catarina, do Paraná e, principalmente, do Paraguai e do Mato Grosso, que não dispunham de outro meio para alcançar o oceano. Segundo o historiador Pedro Bastos (1983, p. 154), ela também escoava a prata extraída do Peru e da Bolívia.

2. O Modelo Econômico e Social Paraguaio

O primeiro governante do Paraguai foi Gaspar Rodríguez de Francia (1776-1840). Ele governou de 1814 a 1840. Francia tentou estabelecer a livre navegação no Prata, mas os comerciantes dos portos de Buenos Aires e Montevideú insistiam em cobrar pesadas taxas. Nesta época, A Argentina se recusava a reconhecer a independência do Paraguai. Os poderosos comerciantes do porto de Buenos Aires - o principal da bacia - desejavam reunificar toda a região platina¹. Isto posto, restou à república guarani trilhar uma política de desenvolvimento auto-sustentado – ao contrário dos demais países da região – na qual o Estado controlava a economia de tal modo que a estrutura sócio-econômica se voltava para os interesses da população e a independência do país. Tal estrutura era livre de burocratas e cortesãos. Para Denise Pereira, “(...) a solução foi uma resposta à ameaça portenha contra a independência paraguaia, e não se deve concluir que o modelo de desenvolvimento econômico foi livre opção de ditadores afeiçoados ao povo”. (PEREIRA, 1987, p. 222).

Francia considerava os grandes proprietários e comerciantes como categorias perigosas, pois eram aliados em potencial de Buenos Aires. Durante sua gestão, o Estado atacou os privilégios dos ricos, as oligarquias de seu país. Ele confiscou as “(...) terras cujo direito de posse as classes proprietárias não puderam comprovar”. (DANTAS, 1989, p. 157). A Igreja Católica foi nacionalizada com o confisco de seus bens e propriedades. Realizou-se a primeira grande reforma agrária da América do Sul: metade das terras foi arrendada a camponeses e indígenas, os quais receberam implementos agrícolas, sementes e cabeças de gado. Havia muitas fazendas sob o controle do Estado.

“Em 1840, o Paraguai praticamente não possuía analfabetos. Seu desenvolvimento agrícola permitia-lhe produzir tudo quanto sua população necessitava e sua atividade industrial era capaz de produzir ferramentas, armas e outros utensílios”. (LUCCI, 1985, p. 36-37). Diante disso, conclui um autor² que havia pouca pobreza no país.

O sucessor de Gaspar Rodríguez de Francia, Carlos Antonio López, que permaneceu no poder até 1862, contratou técnicos e enviou centenas de estudantes para o exterior com o objetivo de modernizar a economia. O país atingiu esta meta, a indústria paraguaia tornou-se a mais avançada da América do Sul. Foram instaladas ferrovias, estaleiros, indústrias bélicas, metalúrgicas, têxteis, de calçados, de louças, de materiais de construção, de instrumentos agrícolas, de tintas e de papel, além do telégrafo e da grande Fundação de Ibicuí.

A nação mais desenvolvida da América do Sul protegia a produção local. Assim, a balança comercial era sempre favorável e a moeda era forte e estável. Claudius Ceccon (1986) afirma que as exportações paraguaias valiam duas vezes mais que as importações. Para Eduardo Galeano, a intervenção do Estado na economia era quase total, pois “(...) noventa e oito por cento do território paraguaio era de propriedade pública”. (GALEANO, 1985, p. 207).

O Paraguai havia conseguido eliminar a oligarquia, a escravidão, a violência, a miséria e o analfabetismo. Era o único país sul-americano que tinha uma indústria de base. “O único que

¹ Isto não significa que o país estivesse completamente isolado. Segundo José Dantas (DANTAS, 1984, p. 36), as fazendas estatais produziam para exportar. Elas “(...) monopolizavam o reduzido comércio exterior”. (ARAÚJO, 1985, p. 37).

² Não conseguimos descobrir seu nome, apenas o ano de publicação – 1992 – e a página – 122.

não tinha dívida externa ou interna. O único praticamente sem analfabetos”. (CHIAVENATO, 1998, p. 33). A economia crescia sem a interferência de empréstimos estrangeiros. O desenvolvimento econômico autônomo e sustentado do Paraguai era uma exceção na América Latina, uma vez que os demais países recorriam freqüentemente aos banqueiros estrangeiros, notadamente aos ingleses. Enquanto os países aliados, contra os quais ele lutaria na guerra que estava por vir, “(...) tinham suas economias voltadas para o mercado externo, a economia paraguaia voltava-se muito mais para o atendimento das necessidades internas”. (NADAI, 1985, p. 76).

O historiador Júlio José Chiavenato (1998) aponta um problema não superado pelos governantes paraguaios: a inexistência de uma intelectualidade capaz de apreender a natureza do confronto com o capital inglês. Como também não havia uma classe dirigente vinculada aos interesses da nação, a interpretação da conjuntura política internacional teria ficado comprometida, uma vez que os presidentes ficariam praticamente “solitários” à frente do governo. Esta tese, de acordo com nossa “leitura”, é questionável. Seria possível que poucos indivíduos permanecessem “solitários” no comando de um país por cerca de meio século, apoiados apenas pelas massas (não intelectualizadas e afastadas da participação política)?

3. As Forças Armadas

De acordo com Borges Hermida (1986); Boni e Belluci (s/d); e Elian Alabi Lucci (1987), Carlos López aumentou consideravelmente o poder militar de seu país. Ele sabia que a Argentina ambicionava reconstruir o antigo vice-reino do Prata, o que pressupunha a reanexação da nação guarani. Ao final de seu governo, de acordo com Raymundo Campos (1983), o exército paraguaio era o melhor da América Latina. Seu sucessor, Solano López, deu continuidade a esse trabalho de organização e fortalecimento militar.

3.1 Discordâncias

Pretendemos, neste capítulo, apresentar um levantamento das informações, presentes nos livros por nós analisados, a respeito dos efetivos militares à disposição dos países diretamente envolvidos na guerra da Tríplice Aliança³ em 1864, às vésperas do conflito. Estes “dados” estão listados na tabela da página seguinte, na qual não estão arroladas as populações das forças armadas da Argentina e do Uruguai devido à escassez destes subsídios em nosso *corpus*.

Chiavenato acredita que o exército do Paraguai era constituído por cerca de 40 mil homens em 1864; por sua vez, Antarcy Araújo (1985) assegura que tal exército era composto por 100 mil homens. Não há consenso sequer a respeito da população paraguaia da época. Para Max Justo Guedes (1995), ela era formada por 300 a 400 mil habitantes, menos da metade do número divulgado pela maioria dos autores consultados – 800 mil pessoas. A divergência entre as fontes consultadas é tão grande que somos tentados a seguir pelos caminhos do ceticismo. É preciso, entretanto, tentar entender o que determina a multiplicação das divergências e das concepções distorcidas do processo histórico.

³ Utilizamos as expressões “Guerra do Paraguai” e “Guerra da Tríplice Aliança” para nos referirmos ao mesmo conflito.

TABELA: COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS EFETIVOS MILITARES DISPONÍVEIS NO INÍCIO DA CAMPANHA

| AUTOR | EXÉRCITO PARAGUAIO | EXÉRCITO BRASILEIRO | EXÉRCITO ALIADO |
|---------------|--|---|-------------------------|
| FERREIRA | 140 mil (1) | x (2) | x |
| ARAÚJO | 100 mil | x | 30 mil |
| BASTOS | 80 mil | x | x |
| BONI; BELLUCI | 80 mil | x | 45 mil |
| HERMIDA | 80 mil | 17 mil | x |
| GUEDES | Entre 28 mil e 57 mil + reservistas (entre 20 mil e 28 mil). Total: de 48 mil a 85 mil | 17 mil a 20 mil + 200 mil da Guarda Nacional. | Entre 232 mil a 240 mil |
| NADAI | 64 mil | x | 27 mil |
| LUCCI | 64 mil | x | x |
| PEREIRA | 64 mil | 18 mil | 27 mil |
| SANTOS | 64 mil | x | 27 mil |
| COTRIM | 60 mil | x | x |
| CHIAVENATO | 40 mil | x | x |
| LACAMBE | 4 vezes o brasileiro | ¼ do paraguaio | x |

FONTE: Livros didáticos brasileiros de história do Brasil.

NOTAS:

(1) Incluindo a força policial. Entretanto, Ferreira assegura que “o Paraguai, no início das hostilidades, colocou 80 mil soldados em combate”. (FERREIRA, 1986, p. 128).

(2) Utilizamos a letra “x” para indicar que a informação não consta no referido texto.

4. A Reação da Inglaterra

“Durante o século XIX, a Inglaterra foi a potência hegemônica no mundo, ampliando constantemente seu império colonial e impondo sua vontade pela força, especialmente nos países ao sul do Equador”. (CAMPOS, 1983, p. 136). A independência dos países latino-americanos, com a honrosa exceção do Paraguai, o único destes ainda não penetrado pelo capital inglês, não era completa, pois eram dependentes do capitalismo mundial.

A guerra ocorreu num período caracterizado pela expansão da produção e das trocas inglesas e pelo aumento do número dos investimentos britânicos na região. No estuário do Prata, os ingleses realizavam intenso comércio, “(...) exportando seus produtos industrializados e importando matérias-primas. (SANTOS, 1990, p. 51). Na segunda metade do século XIX, do ponto de vista econômico, a Inglaterra substituiu Portugal na condição de metrópole do Brasil, afirma Elza Nadai.

O comércio brasileiro era quase todo feito com a Inglaterra: ela era o principal comprador de café e fornecia a maior parte dos produtos industrializados que se consumiam no Brasil. Além do comércio, as estradas, os bancos e muitas empresas eram inglesas; portanto, os valores e os padrões ingleses acabaram por se impor como modelos para a sociedade brasileira. (NADAI, 1985, p. 74).

Elza Nadai e Elian Lucci (1987) asseguram que o Brasil atuava na região platina, sobretudo quando havia revoltas ou guerras, também como representante dos interesses da Inglaterra. Estes dois países, assim como a França, eram contrários à reunificação dos países platinos, à consolidação de qualquer “grande nação” na região, pois desejavam a livre utilização da rede hidrográfica platina. Foram, portanto, razões comerciais que levaram os governos ingleses a

apoiar os movimentos de independência na América Espanhola – inclusive no Paraguai – e no Brasil.

A Inglaterra, no século XIX, exportava aproximadamente 70% da sua produção, constituída por produtos industrializados. Ela necessitava de novos compradores para estas mercadorias e de diversificar suas fontes de suprimento de matérias-primas. Além de não ser um grande exportador destes produtos, nem um voraz consumidor de mercadorias inglesas, o Paraguai impedia a entrada dos capitais provenientes da Grã-Bretanha. Deste modo, seu modelo econômico independente “(...) não era bom para o comércio inglês, que do Paraguai comprava o mate e a ele nada vendia”. (ARAÚJO, 1985, p. 37). José Dantas (1984) afirma que os produtos industrializados do Paraguai já começavam a abastecer a América do Sul. Para outro autor, Elian Lucci (1985), a guerra de Secessão norte-americana lançou a economia britânica em uma crise que acentuou ainda mais sua necessidade de destruir a república guarani, a qual possuía terras férteis e excelentes para o cultivo do algodão – matéria-prima vital para a fortíssima indústria têxtil da Inglaterra, que até então dependera das provisões dos Estados Unidos.

Os capitalistas ingleses estavam inquietos com o perigoso exemplo da experiência paraguaia de desenvolvimento, que poderia influenciar as políticas de outros países sul-americanos. Conseqüentemente, não foi por acaso que tais capitalistas estimularam e alimentaram a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, financiando os aliados – Brasil, Argentina e Uruguai – com grandes empréstimos.

4.1 Imperialismo Inglês *Versus* Imperialismo de Solano López

Muitos autores discordam da interpretação acima. Diferentemente de nós, eles não incluem os interesses dos capitalistas ingleses entre as principais causas do conflito. Dentre aqueles por nós consultados, integram este grupo os seguintes historiadores: Max Justo Guedes (1995); Américo Lacambe (1979); Arthur da Costa Sobrinho (s/d); Olavo Leonel Ferreira (1986); Álvaro de Alencar (1985); Ana Maria de Moraes e Maria Efigênia Lage de Resende (1979); Sérgio Buarque de Holanda (s/d); Vital Darós (s/d); Geraldo Arcênio (s/d); Boni e Belluci (s/d); Milton B. Barbosa Filho e Maria Luiza Santiago Stockler (1988); Borges Hermida (1986); e Lúcia Carpi (1985). Elza Nadai também pode ser incluída graças a um livro publicado em 1985, mas ela muda sua interpretação no livro didático que publica em 1990. Entre os 39 textos consultados, pelo menos 14 pertencem a esse grupo, sendo que 13 deles sequer citam o nome da referida potência.

Em geral, os escritores mencionados no parágrafo anterior substituem a argumentação baseada nas determinações do capitalismo internacional, o qual se manifesta mais claramente nas ações imperialistas da maior potência econômica do planeta, por uma versão que culpa as iniciativas imperialistas de Solano López, realizando a condenação moral deste presidente. Foi interessante constatar que cinco dentre eles não se preocupam em descrever o modelo econômico e social do Paraguai e que três não mencionam as trágicas conseqüências do conflito para a república guarani – lacunas que não verificamos em nenhum dos historiadores esforçados em relacionar a atuação da Inglaterra com a destruição do exemplo paraguaio de desenvolvimento.

Existem, entretanto, estudiosos que combinam os dois fatores para compor suas interpretações.

5. O Projeto de Solano López

Na gestão de Francisco Solano López, a orientação da política econômica do Estado não sofreu grandes modificações. Assim como seu antecessor, ele contratou vários profissionais de alto nível de instrução na Europa para fortalecer o parque industrial de seu país. Eduardo

Galeano (1985) assegura que o protecionismo sobre a indústria nacional e o mercado interno foi muito reforçado em 1864. Para Gilberto Cotrim, o objetivo daquele presidente “(...) era fazer do Paraguai um país forte e soberano”. (COTRIM, 1987, p. 54). Mas, em boa medida, o Paraguai já era um país forte e soberano. Quantos países europeus, chamados por nós de desenvolvidos, podiam, em meados do século XIX, afirmar que estavam livres da miséria, da violência e do analfabetismo? Solano López, provavelmente, apenas desejava consolidar o desenvolvimento de seu país.

Mesmo defendendo e realizando o protecionismo econômico, interessava à república guarani ver suas embarcações e mercadorias navegando com liberdade a bacia rio-platense. “Do ponto de vista paraguaio, a independência do Uruguai era a melhor garantia para manter livre o trânsito no estuário do Prata”. (PEREIRA, 1987, p. 222). A independência do Uruguai era vital para a manutenção de um equilíbrio de poderes na região. Tal equilíbrio garantia, na opinião de Solano López, a segurança, a integridade territorial e a independência do Paraguai.

Muitos historiadores declaram que a maior preocupação de Francisco López era garantir o controle sobre os rios platinos ou conseguir uma saída direta para o oceano por meio da ampliação do território paraguaio. Mariana Nunes, por exemplo, sustenta ser isto “(...) imprescindível para a continuidade do processo de modernização do Paraguai”. (NUNES, s/d). É preciso questionar esta afirmação de Nunes e descobrir o quão necessário era para esse país assegurar a comunicação direta com o oceano na gestão de Solano López. Isto é muito importante, pois o argumento utilizado por Mariana Nunes fundamenta uma tese que denominaremos de “Paraguai Maior”.

5.1 Projeto “Paraguai Maior”

“Paraguai Maior” e “Grande Paraguai” são os nomes atribuídos por dezenas de autores aos supostos planos expansionistas de Solano López. Segundo eles, o território deste “Grande Paraguai” se estenderia até o mar. Em verdade, porém, as descrições não coincidem. Osvaldo de Souza, por exemplo, afirma que o “Grande Paraguai” iria dos “Andes ao Atlântico”, “(...) abrangendo o Uruguai, províncias argentinas e, no Brasil, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina”. (SOUZA, 1987, p. 48). De outro lado, Sérgio Buarque de Holanda e Denise Pereira garantem que Solano López desejava incorporar ao seu país apenas “(...) antigas áreas das missões argentinas e das reduções jesuítas no sul do Brasil”. (HOLANDA, s/d, p. 33).

Consultamos cerca de 20 livros didáticos que incluem este projeto de expansão territorial entre as causas fundamentais da guerra. A maioria deles utiliza a expressão “Paraguai Maior” ou a expressão “Grande Paraguai”. Entretanto, nenhum destes historiadores se preocupa em revelar a procedência de tais nomes, o que consideramos uma falha grave de documentação.

6. A Formação da Tríplice Aliança

“Desde sua independência, em 1811, o Paraguai procurou se isolar dos conflitos platinos”. (SILVA, 1994, p. 28)⁴. Francisco Solano López, porém, por considerar fundamental para seu país a manutenção da independência do Uruguai, abandona essa posição de neutralidade e firma com este país um tratado militar de ajuda mútua. Este pacto era conhecido pelo governo brasileiro, pois o presidente paraguaio deixou claro que declararia guerra ao Brasil caso as tropas do Império invadissem o Uruguai.

⁴ Costa Sobrinho (s/d) assegura que Carlos López declinou do convite brasileiro para formar uma aliança contra Rosas, governante argentino. Marina Nunes (s/d) sustenta o oposto. Para ela, o Império também contou com o apoio do exército paraguaio para derrubar Rosas.

Em um livro didático publicado em 1989, José Dantas menciona que a Argentina e o Brasil assinaram em 1857, sete anos antes de “explodir” o conflito, “(...) um protocolo secreto onde manifestavam a intenção de se aliarem contra a nação guarani caso esta se recusasse a abrir o rio Paraguai à livre navegação”. (DANTAS, 1989, p. 158).

Renato Mocellin (1985), Claudius Ceccon (1986), Júlio José Chiavenato (1998), José Dantas (1984) e mais um autor⁵, cujo nome não conseguimos identificar, destacam o fato de que o Tratado de Tríplice Aliança entre o Império do Brasil, a República Argentina e a República Oriental do Uruguai foi secretamente engendrado um ano antes de sua publicação. Chiavenato (1998) cita documentos – cartas e artigos de jornal – que provam o caso. Segundo Mocellin e Chiavenato (1998), esta farsa tornou-se pública na época, uma vez que vários países “(...) protestaram contra esse plano premeditado de destruir e partilhar o Paraguai”. (MOCELLIN, 1985, p. 33). É certo que a versão oficial dos signatários tenta encobrir o nascimento precoce do pacto.

As bases do Tratado de Tríplice Aliança foram lançadas numa reunião entre José Antônio Saraiva, político brasileiro; Rufino de Elizalde, diplomata argentino; Venâncio Flores, militar e político uruguaio; e o diplomata inglês Thornton. O acordo tinha como seus objetivos principais estabelecer a partilha de uma grande fração do território paraguaio; “(...) tirar do Paraguai a soberania sobre seus rios; (...) responsabilizar o Paraguai por toda a dívida de guerra; não negociar qualquer trégua (...) até a deposição de Solano López”. (CARPI, 1985, p. 158)⁶. Ele estipulava o saque do país e a destruição de suas instalações industriais. Seu texto é contraditório, pois afirma respeitar a integridade territorial da república guarani ao mesmo tempo em que determina unilateralmente novas fronteiras.

7. Os Efeitos da Guerra

7.1 Paraguai

Este país – o qual era o mais desenvolvido da América do Sul antes da guerra – ficou arrasado: sua população foi reduzida a uma pequena parcela e sua economia foi destruída. “Desde então o Paraguai não mais se recuperou, sendo até hoje um dos países mais pobres da América Latina”. (BARBOSA FILHO; STOCKLER; 1988; p. 38). Os vencedores implantaram o “livre-cambismo” e o latifúndio. Tudo foi saqueado e vendido: as terras e as propriedades estatais foram vendidas a capitalistas estrangeiros. Em poucos anos o Paraguai contraiu uma enorme dívida com os ingleses. O país, até mais que o Uruguai, ficou sob a influência e o controle do Brasil.

O conflito entre os aliados e a nação guarani foi um dos maiores massacres da história das Américas. Os historiadores divergem enormemente a respeito do número de mortos e do tamanho do território perdido pelo Paraguai. Morais e Resende (1979) afirmam que, para cumprir o tratado de aliança, a integridade territorial e a independência do Paraguai foram mantidas. Isso é falso. Estas autoras devem partir de um curioso ponto de vista. Para elas, as terras incorporadas pelo Brasil e pela Argentina estariam sob o poder ilegítimo do governo paraguaio ou eram “terras de ninguém”. Somente desta maneira pode-se compreender a posição das autoras e o próprio Tratado da Tríplice Aliança como algo diferente de propaganda cínica.

⁵ Trata-se de uma obra didática do autor(a) referido(a) na nota 2, escrita para o Ensino Médio, publicada em 1992 pela editora Nova Geração, em São Paulo.

⁶ Dois autores, Lucci (1985) e Guedes, asseguram que o presidente Solano López pediu a paz, “(...) contando que ele próprio fosse poupado e que o Paraguai não fosse totalmente desmembrado e ocupado de forma permanente”. (GUEDES, 1995).

Chiavenato (1998) e Mocellin (1985) declaram que a república paraguaia perdeu 140 mil km² de terras. Para Dantas (1984), foram 40 mil km². Max Justo Guedes (1995) acredita numa perda de 40% do território. Segundo ele e Costa Sobrinho (s/d), as perdas populacionais do Paraguai foram grosseiramente exageradas pela grande maioria dos historiadores e devem ser de 15% a 20% da população pré-guerra – entre 50 mil e 80 mil mortes. Em geral, os autores informam que mais de 75% dos paraguaios foram mortos.

Ao contrário dos aliados⁷, o Paraguai teve de confiar em seu próprio arsenal e estaleiros, pois não comprou armas e navios com dinheiro emprestado em Londres. Infelizmente, ele foi obrigado pelos vencedores a assumir uma pesada dívida de guerra que nunca teve condições de pagar. Muitos anos depois, “(...) os próprios aliados reconheceram que o Paraguai jamais teria condições de saldar as dívidas de guerra e acabaram por perdoá-las”. (NADAI, 1985, p. 78).⁸

7.2 Aliados

O Brasil perdeu muitas vidas e grandes recursos financeiros. “O temor de que os bolivianos ajudassem Solano López levou o governo brasileiro a ceder ao ditador boliviano Melgarejo a região do Acre”. (MOCELLIN, 1985, p. 35). “Para Argentina e Brasil [e também para o Uruguai], a guerra aumentou a dependência ao capital inglês, mas desafogou suas dificuldades financeiras imediatas”. (CHIAVENATO, 1998, p. 93).

O número de negros no Brasil sofreu uma grande queda, uma vez que havia um branco para cada 45 negros nas forças brasileiras. A navegação brasileira dos rios Paraná e Paraguai foi garantida. O Império, de acordo com Eduardo Galeano (1985), ganhou mais de 60 mil km² de território e levou muitos prisioneiros paraguaios como mão de obra escrava. O exército brasileiro ficou mais unido e ganhou importância política. Ele tornou-se um centro de contestação à escravidão e ao Império, e aderiu às campanhas abolicionista e republicana. A guerra do Paraguai foi uma das causas da queda do Império brasileiro.

As províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes tiveram grandes lucros vendendo provisões aos exércitos aliados. A Argentina ficou com 94 mil km² de terra paraguaia, segundo Eduardo Galeano (1985) e Claudius Ceccon (1986).

7.3 Inglaterra

Os bancos ingleses financiaram os aliados e receberam altos juros. “(...) Os prejuízos que os países envolvidos tiveram foram muito maiores do que os benefícios. Só a Inglaterra saiu ganhando, e duplamente: recebeu com juros o dinheiro que havia emprestado (...) e passou a vender seus produtos ao Paraguai”. (PILETTI; PILETTI, 1989, p. 22).

8. Considerações Finais

Classificamos as interpretações da Guerra da Tríplice Aliança em três grupos. No primeiro se encontram aqueles que identificam o “Projeto Paraguai Maior” de Solano López como causa principal do conflito; no segundo, os que afirmam que o conflito foi causado “(...) pelo rompimento da estrutura dominante do imperialismo inglês” (CHIAVENATO, 1998, p. 37); e no terceiro, intermediário entre os outros dois, os historiadores que combinam em suas explicações os interesses de todos os países envolvidos e não apontam uma causa principal.

⁷ Segundo Araújo (1985), o Paraguai comprou armamento dos ingleses, aumentando suas dívidas junto aos bancos britânicos. Nós discordamos desta informação.

⁸ Os Estados Aliados perdoaram as dívidas de guerra do Paraguai. Não consta, porém, que os banqueiros ingleses tenham remitido qualquer débito deste país, do Brasil, da Argentina ou do Uruguai.

Não acreditamos nos autores do primeiro grupo. Eles incorrem na ideologia “estatista”, que considera o Estado como um sujeito autônomo. Assim, por exemplo, Mariana Nunes realiza uma inversão de causas e conseqüências ao afirmar que os comerciantes de Buenos Aires impuseram restrições ao comércio paraguaio em represália à política econômica de Francia, “(...) que acabava com o poder de infiltração de Buenos Aires”. (NUNES, s/d). Em nossa interpretação, e também na de Denise Pereira (1987), a política econômica e social de Francia é uma resposta à ameaça portenha contra a autonomia do Paraguai.

Em segundo lugar, não encontramos nada que prove a necessidade absoluta de Solano López ampliar o território paraguaio. Para nós, a presença de um diplomata inglês nas negociações que resultaram no secreto pacto dos aliados não é simples acaso. O nome Tríplice Aliança esconde a existência de uma outra aliança presidida pela Inglaterra. Sabe-se que a participação das forças do Uruguai foi quase insignificante se comparada com a ajuda dos empréstimos ingleses aos países aliados. Os aliados provavelmente não seriam os vencedores sem este apoio.

Encontramos contradições e, principalmente, lacunas nos livros didáticos. Estas obras apresentam muito resumidamente os temas. A documentação praticamente inexiste neles. Desta forma, o risco de realizar simplificações é bastante grande. Apenas uma pequena fração dos autores se preocupa em apresentar o conteúdo de forma não dogmática, mostrando as diferentes interpretações existentes. Alguns realizam isto de maneira atrapalhada ao oferecer textos contraditórios entre si.

Seria muito interessante realizar um estudo que comparasse as interpretações da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai apresentadas pelos livros didáticos paraguaios com as interpretações apresentadas pelos livros didáticos brasileiros. Isto nos ajudaria a compreender a influência do sentimento nacionalista e do etnocentrismo na elaboração dos textos dos historiadores.

9. Referências

- ALENCAR, Álvaro de. A guerra do Paraguai. In: _____. **História do Brasil, 6ª série**. São Paulo: Saraiva, 1985. p. 38-41.
- ARAÚJO, Antarcacy. **História do Brasil, 6ª série**. São Paulo: Editora Brasil, 1985. p. 34-37.
- ARCÊNIO, Geraldo. A guerra do Paraguai. In: _____. **História do Brasil - 6ª série**. São Paulo: Ibsp, s/d. p. 34-35.
- BARBOSA FILHO, Milton B.; STOCKLER, Maria Luiza Santiago. Brasil x Paraguai (1865-1870). In: _____. **História do Brasil - 6ª série**. São Paulo: Scipione, 1988. p. 36-38.
- BASTOS, Pedro. **História do Brasil, Ensino Médio**. São Paulo: Moderna, 1983. p. 154-160.
- BONI; BELLUCI. O Segundo Império e a Guerra do Paraguai (1864-1870). In: _____. **História do Brasil - 6ª série**. São Paulo: FTD, s/d.
- CAMPOS, Raymundo. **História do Brasil, Ensino Médio**. São Paulo: Atual, 1983. p. 136-138.
- CARMO, Sonia Irene do. **História do Brasil, 6ª série**. São Paulo: Atual, 1989. p.45-48.
- CARPI, Lúcia. **História do Brasil, Ensino Médio**. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1985. p. 155-159.
- CECCON, Claudius. Morte ao Paraguai! In: _____. **História do Brasil - 6ª série**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. p. 150-153.
- CHIAVENATO, Júlio José. **Genocídio americano: a guerra do Paraguai**. São Paulo: Editora Moderna, 1998.
- COSTA SOBRINHO, Arthur da. A guerra do Paraguai. S/d.
- COTRIM, Gilberto. A guerra do Paraguai. In: _____. **História do Brasil, 6ª série**. São Paulo: Saraiva, 1987. p. 54-58.

- COTRIM, Gilberto. **História do Brasil – Ensino Médio**. São Paulo: Saraiva, 1990. p. 138-139.
- DANTAS, José. A política externa do Segundo Reinado. In: _____. **História do Brasil, 6ª série**. São Paulo: Moderna, 1984. p. 34-40.
- DANTAS, José. A política externa do Segundo Reinado na Bacia Platina. In: _____. **História do Brasil, Ensino Médio**. São Paulo: Moderna, 1989. p. 153 –162.
- DARÓS, Vital. Guerra do Paraguai (1864-1870). In: _____. **História do Brasil, 6ª série**. São Paulo: FTD, s/d. p. 35-37.
- FERREIRA, Olavo Leonel. Guerra do Paraguai. In: _____. **História do Brasil, Ensino Médio**. São Paulo: Ática, 1986. p. 127-130.
- GALEANO, Eduardo. A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai aniquilou a única experiência, com êxito, de desenvolvimento independente. In: _____. **As veias abertas da América Latina**. 21ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 204-214.
- GUEDES, Max Justo. História da Guerra do Paraguai. In: MARQUES, Maria Eduarda de Castro Magalhães (Org.). **A Guerra do Paraguai: 130 anos depois**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1995.
- HERMIDA, Borges. Guerra do Paraguai. In: _____. **História do Brasil, 6ª série**. São Paulo: Editora Nacional, 1986. p. 36-39.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Guerra do Paraguai. In: _____. **História do Brasil - 6ª série**. São Paulo: Nacional, s/d. p. 33-36.
- LACAMBE, Américo. Política exterior. In: _____. **História do Brasil – Ensino Médio**. São Paulo: Nacional, 1979. p. 184-189.
- LUCCI, Elian **História do Brasil, 6ª série**. São Paulo: Saraiva, 1985. p. 34-37.
- LUCCI, Elian Alabi. **História do Brasil, Ensino Médio**. São Paulo: Saraiva, 1987. p. 106-108.
- MOCELLIN, Renato. A Guerra do Paraguai. In: _____. **História do Brasil, 6ª série**. São Paulo: Ed. do Brasil, 1985. p. 33-36.
- MORAIS, Ana Maria de; RESENDE, Maria Efigênia Lage de. A guerra do Paraguai (1864-1870). In: _____. **História do Brasil, 6ª série**. São Paulo: Pioneira, 1979. p. 66-70.
- NADAI, Elza. **História do Brasil, 6ª série**. São Paulo: Saraiva, 1985. p. 74-78.
- NADAI, Elza. **História do Brasil - 6ª série**. São Paulo: Saraiva, 1990. p. 160-163.
- NUNES, Mariana. Guerra do Paraguai e sua ideologia. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/cantareira>.
- PEREIRA, Denise. **História do Brasil, Ensino Médio**. Atual, 1987. p. 220-224.
- PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. A Guerra do Paraguai. In: _____. **História & Vida - 6ª série**. São Paulo: Ática, 1989. p. 22-24.
- SANTOS, Januária Vilela. As guerras do Prata. In: _____. **História do Brasil, 6ª série**. São Paulo: Ática, 1990. p. 51-60.
- SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil, 6ª série**. São Paulo: Moderna, 1994. p. 28-31.
- SOUZA, Osvaldo de. A Guerra do Paraguai (1864-1870). In: _____. **História do Brasil - 6ª série**. São Paulo: Ática, 1987. p. 48-51.
- HISTÓRIA do Brasil, Ensino Médio**. São Paulo: Nova Geração, 1992. p. 122-123.